

Licença

Copyright (c) 2025 Rosilene Rego Coelho , Abimael de Jesus Barros Costa



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

Fonte: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/5414>. Acesso em: 28 jan. 2026.

Referência: COELHO, Rosilene Rego; COSTA, Abimael de Jesus Barros. Política de acessibilidade na Universidade de Brasília: análise dos investimentos e das inovações pedagógicas. **Revista de Gestão e Secretariado – GeSec**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 12, e5414, 2025. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v16i12.5414>. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/5414>. Acesso em: 28 jan. 2026.



Política de Acessibilidade na Universidade de Brasília: Análise dos Investimentos e das Inovações Pedagógicas

Accessibility Policy at the University of Brasília: an Analysis of Investments and Pedagogical Innovations

Política de Accesibilidad en la Universidad de Brasilia: un Análisis de las Inversiones e Innovaciones Pedagógicas

Rosilene Rego Coelho ¹

Abimael de Jesus Barros Costa ²

Resumo

Este estudo investiga as iniciativas de acessibilidade pedagógica, o uso de tecnologias assistivas e os processos de inclusão de pessoas com deficiência (PCD) na Universidade de Brasília (UnB). Seu objetivo geral consiste em mapear os investimentos e as inovações implementados para atender aos objetivos estratégicos pedagógicos estabelecidos na Política de Acessibilidade da instituição. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica que contextualiza a trajetória histórica das PCDs na UnB e discute aspectos conceituais fundamentais, como acessibilidade, inovações em tecnologias assistivas e perspectivas sobre inclusão no ensino superior. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa. A coleta de dados baseou-se na análise documental dos Relatórios de Gestão e Monitoramento da UnB referentes ao período de 2019 a 2024 e do Plano de Desenvolvimento Institucional (2018-2022), complementada por levantamento de informações nas Diretorias de Acessibilidade e de Contabilidade e Finanças da universidade. A análise dos resultados permitiu identificar os investimentos e as inovações tecnológicas em acessibilidade pedagógica e arquitetônica implementados entre 2019 e 2022. Nas considerações finais, evidencia-se que tais ações e programas visam essencialmente à eliminação de barreiras de comunicação e informação que limitam a

¹ Mestra em Economia, Área da Inovação Tecnológica. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: rosicoelho33@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1106-6515>

²Pós-doutor em Contabilidade Pública. Universidade de Valéncia, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: acosta@unb.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0404-701X>





participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência no ambiente universitário.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência. Acessibilidade Pedagógica. Universidade de Brasília. Investimentos.

Abstract

This study addresses accessibility in the pedagogical modality, assistive technologies, and the inclusion of people with disabilities (PWDs) at the University of Brasília (UnB), and its general objective is to map the investments and innovations for meeting the strategic pedagogical objectives of the University's Accessibility Policy. To this end, a bibliographic study on the topic was conducted, contextualizing the history of PWDs and addressing the conceptual aspects of accessibility, assistive technological innovations, and perspectives related to inclusion in higher education. The study is characterized, in terms of its objectives, as exploratory and descriptive research and, methodologically, as qualitative-quantitative. Data collection involved document analysis of the UnB Management and Monitoring Reports from 2019 to 2024 and the Institutional Development Plan from 2018-2022, in addition to information gathering from the Accessibility and Accounting and Finance Directorates of UnB. Analysis of the results revealed investments and technological innovations in pedagogical/architectural accessibility implemented between 2019 and 2022. In our concluding remarks, we point out that the objectives of these investments and the implementation of actions and programs were to eliminate communication and information barriers that restrict the participation and academic and social development of students with disabilities at the university.

Keywords: People with Disabilities. Educational Accessibility. University of Brasília. Investments.

Resumen

Este estudio aborda la accesibilidad en la modalidad pedagógica, las tecnologías de apoyo y la inclusión de personas con discapacidad en la Universidad de Brasilia (UnB). Su objetivo general es identificar las inversiones e innovaciones para el cumplimiento de los objetivos pedagógicos estratégicos de la Política de Accesibilidad de la Universidad. Para ello, se realizó un estudio bibliográfico sobre el tema, contextualizando la historia de las personas con discapacidad, abordando los aspectos conceptuales de la accesibilidad, las innovaciones





tecnológicas de apoyo y las perspectivas relacionadas con la inclusión en la educación superior. El estudio se caracteriza, en cuanto a sus objetivos, como una investigación exploratoria y descriptiva y, metodológicamente, como cualitativa-cuantitativa. La recolección de datos incluyó el análisis documental de los Informes de Gestión y Seguimiento de la UnB de 2019 a 2024 y del Plan de Desarrollo Institucional de 2018 a 2022, además de la recopilación de información de las Direcciones de Accesibilidad y de Contabilidad y Finanzas de la UnB. El análisis de los resultados reveló inversiones e innovaciones tecnológicas en accesibilidad pedagógica/arquitectónica implementadas entre 2019 y 2022. En nuestras conclusiones, señalamos que los objetivos de estas inversiones y la implementación de acciones y programas fueron eliminar las barreras de comunicación e información que restringen la participación y el desarrollo académico y social de los estudiantes con discapacidad en la universidad.

Palabras clave: Personas con Discapacidad. Accesibilidad Educativa. Universidad de Brasilia. Inversiones.

Introdução

Como qualquer estudante, a pessoa com deficiência tem o direito à educação. É indiscutível que a educação deve estar alinhada com as transformações sociais e formação integral do indivíduo sem quaisquer discriminações. Em ponto inicial de reflexão, podemos compreender que o aprender de fato é algo da natureza humana. Segundo Paulo Freire (FREIRE, 2013, pág. 67), o ser humano aprende, não somente, para dar conta das coisas no conhecimento do objeto, mas aprende para a sua intervenção no meio. Segundo o autor, para além da adaptação aprendemos para intervir e é esse fato que nos distancia dos animais.

O surgimento da educação inclusiva - mesmo sem essa denominação, pois falava-se em educação especial - se deu a partir dos diversos movimentos sociais internacionais e começou a ganhar força em diversas partes do mundo como, nos Estados Unidos e na Europa na fase Pós Segunda Guerra Mundial, quando os soldados com deficiência retornaram aos seus países de origem e os governos tomaram providências para sua reabilitação e educação.

A partir daí o movimento cresceu e ganhou muitos adeptos (Mantoan & Baptista, 2018). Então, pode-se dizer que as primeiras preocupações no caminho para uma educação inclusiva, foi nos Estados Unidos, com a Lei pública n. 94.142, de 1975, resultante de





reivindicações de pais para que seus filhos com necessidades educacionais especiais tivessem acesso às escolas de qualidade (Stainbak & Stainbak, 1999).

No final do século XX, a questão educacional foi se modificando em razão da concepção médico-pedagógica, centrada nas causas biológicas da deficiência. Com o avanço da psicologia, novas teorias de aprendizagem começaram a influenciar a educação e configuraram a concepção na linha psicopedagógica, que ressalta a importância da escola e enfatiza os métodos e as técnicas de ensino. Por volta da década de 1990 e do início do século XXI, avançam os estudos em educação especial no Brasil (MAZZOTTA, 2005).

Na década de 1990, as discussões e propostas sobre educação inclusiva foram ampliadas em dois encontros internacionais: a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia/1990), na qual foi elaborada a Declaração Mundial de Educação para Todos (DMET); e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca (Espanha/1994), na qual foi elaborado o documento “Declaração de Salamanca” (UNESCO, 1994).

A inclusão surgiu, então, como uma proposta de educação para todos, de forma igualitária e de qualidade. Esse princípio democrático de “educação para todos”, fundamento básico da educação inclusiva, evidenciava a necessidade de um ensino especializado para todos os alunos, com respeito e aceitação da diversidade humana, visando a uma sociedade mais justa com a participação de todos.

Para Mendes (2003): O princípio da inclusão nasceu na perspectiva do sistema educacional norte americano quando estes começaram a sentir o fracasso da integração e o insucesso da escola pública. Na tentativa de melhorar a educação da população de risco elencaram algumas formas para a conhecida escola de qualidade, que acabou sendo o alicerce da proposta da inclusão escolar. Estas novas medidas contemplavam: menor burocracia, gestão descentralizada, maior flexibilidade, para as escolas, respeito à diversidade, o que contribuiu para que as escolas, respondessem melhor às necessidades de seus diferentes estudantes promovendo recursos variados, centrados na própria escola (apud VELTRONE, 2008, p.30).

Para proporcionar a participação plena do estudante com deficiência no ensino superior, faz-se necessário problematizar a questão do acesso, do currículo, das relações entre pessoas com e sem deficiência, da formação de professores, entre outras discussões que germinam a dialética inclusão/exclusão. A inclusão de pessoas com deficiência não é a simples inserção física no ensino comum, “há que se considerar o risco de expor essa pessoa





a uma situação similar à vivida em espaços segregados, com a diferença de estar presente no espaço físico das salas regulares, sem estarem, nelas, verdadeiramente integradas” (CARVALHO, 2014, p. 97).

Em seu Comentário Geral, o Comitê destacou que quando pessoas com deficiência são consultadas isso leva a leis, políticas e programas que contribuem para sociedades e ambientes mais inclusivos. Essa consulta pode incluir a construção de um banco de dados e informações acessíveis sobre processos de tomada de decisões, implementação de metodologias inclusivas e garantias de que organizações de pessoas com deficiência tenham acesso a financiamentos nacionais e internacionais para funcionamento (UNESCO, 2020).

O Censo Escolar do Inep, de 2023, aponta um aumento de matrícula dos alunos alvo da educação especial: aproximadamente 92.756 alunos com deficiência matriculados no ensino superior, tanto na modalidade presencial quanto à distância, desses 46.006 estão matriculados em cursos presenciais. O número de alunos com deficiência matriculados no ensino superior, apresentou um acréscimo de 17% em relação aos dados de 2022. (Inep, 2023).

Dentre os tipos de deficiência, alunos com deficiência física representam 36%, baixa visão 23%, intelectual 10%, transtornos do espectro autista (TEA) 10%, deficiência auditiva 9%, cegos 4%, surdos 4%, superdotação 4% e surdo-cegueira 1%. (Inep, 2023). Considerando os últimos cinco anos, no período de 2019 a 2023, o número de alunos com deficiência no ensino superior aumentou 91%, quase seis vezes mais que o número total de matriculados, cujo crescimento foi de 16%. (Inep, 2023).

Para o alcance desse problema, o objetivo geral a ser atingido é: mapear os investimentos e as inovações implementadas pela UnB para atendimento dos objetivos estratégicos pedagógicos da Política de Acessibilidade da Universidade. Além disso, o estudo tem os objetivos específicos de: a) detalhar as fontes de financiamento das ações, projetos e programas implementados pela UnB e b) analisar as inovações pedagógicas implementadas pela UnB para atendimento dos objetivos estratégicos pedagógicos da Política de Acessibilidade da UnB.

Diante da lacuna de estudos sobre acessibilidade para pessoas com deficiência e inovação tecnológica, é necessário ressaltar que há estudos brasileiros que exploram, por exemplo, tecnologias de informação e comunicação na resolução dos conflitos (BORDONI, 2020), acessibilidade projetada e acessibilidade real (FERNANDES, 2018), desempenho de pisos táteis, inter travados, produzidos com agregados de resíduos de construção civil (SANTOS, 2014), produção científica e inovação na gestão do Sistema Nacional de Vigilância





Sanitária (COHEN, 2011) e a geração de ideias para a gestão da inovação nas organizações (PENTEADO, 2010).

Assim sendo, a investigação em tela justifica-se porque a Constituição Federal de 1988 garante direitos iguais para qualquer cidadão, independentemente de sua origem, raça, sexo, cor, idade e de quaisquer outras formas de discriminação. Entretanto, apesar das ações governamentais para garantir o direito das pessoas com deficiência, sabe-se, por exemplo, que muitas edificações públicas não respeitam a acessibilidade das pessoas com deficiência, assim como os transportes públicos nem sempre oferecem as condições previstas em lei, como elevadores, e os profissionais capacitados para manuseio dos equipamentos. Na acessibilidade pedagógica nem todas as instituições de ensino dispõem de equipamentos e pessoal capacitados para dar o suporte necessário aos alunos com deficiência que necessitam de atendimento especial, bem como em outras modalidades.

Nesse contexto, existe a necessidade de se conhecer a situação das instituições de ensino superior, como, por exemplo, a Universidade de Brasília (UnB) em relação à acessibilidade na modalidade pedagógica e de apresentar esses resultados aos gestores da UnB e à Comunidade Universitária, de forma a subsidiar a gestão dessa política pública. Os resultados desta pesquisa interessam às Associações de Pessoas com Deficiência, à Comunidade Universitária, à Sociedade em geral, à Academia e contribuem para os estudos da área de concentração em Gestão Econômica de Inovação Tecnológica.

Decorre dessa perspectiva que, ao se tratar de acessibilidade para as pessoas com deficiências e novas tecnologias, a pesquisa em tela é relevante pelas seguintes razões: (i) a Indústria 4.0 está permitindo a inclusão das pessoas com deficiência; (ii) há exigência dos órgãos de controle para adequação da acessibilidade em diversas modalidades nas Universidades Federais; e (iii) já há outros pesquisadores brasileiros que utilizam o referencial da Economia da Inovação para tratar do tema (BORDONI, 2020; FERNANDES, 2018; SANTOS, 2014; COHEN, 2011; PENTEADO, 2010).

Conforme apontam Cervo e Bervian (2002), o espírito científico é uma atitude ou disposição do pesquisador em buscar soluções sérias, com métodos adequados, para o problema que enfrenta. Assim, para alcançar as respostas que possam explicar a problemática proposta nesta investigação, torna-se necessário dialogar a respeito dos procedimentos metodológicos. Dessa forma, esta pesquisa utilizou o método indutivo que, segundo Gil (2010), significa a capacidade de observar fatos ou fenômenos e, a partir desses, fazer





inferências. Este estudo se caracteriza, com relação aos objetivos, como uma pesquisa exploratória e descritiva.

De acordo com Beuren (2009), esse tipo de pesquisa é utilizado quando o assunto carece de atenção e busca-se conhecer mais profundamente o assunto. Foram realizadas pesquisas bibliográficas dos marcos legais, de acessibilidade e inovação tecnológica, nos Relatórios de Gestão da Universidade de Brasília e dos Relatórios de Monitoramento dos anos 2019, 2020, 2021, 2022, disponibilizados na página da Universidade. De forma complementar, foram consultadas as bases de dados de periódicos da Capes, bem como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Directory of Open Access Journals (DOAJ) e o Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL). Sobre isso, nos cabe informar que a pesquisa, nesses repositórios, abrangeu pesquisas necessariamente da área de Economia da Inovação. Nessa trajetória, ainda foi verificado a relevância de estudos no formato de teses e dissertações, portanto, a pesquisa também se deu nos repositórios das Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

O estudo aborda a implementação da Política de Acessibilidade, na modalidade pedagógica na Universidade de Brasília (UnB), desde que a referida política foi instituída em 2019, além de verificar o quanto foi investido nessa política, destacar e descrever quais as inovações de acessibilidade na modalidade pedagógicas que a UnB implementou em relação ao ensino e aprendizagem, nos últimos quatro anos, bem como no acompanhamento acadêmico dos estudantes, com vistas a prevenir situações de retenção e de evasão no sistema educacional da UnB (UnB, 2019). Ressalta-se que o tema deste estudo vai muito além, porém o recorte desta pesquisa somente explorou a dimensão das acessibilidades pedagógicas voltadas ao ensino.

Referencial Teórico

Para que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam exercer seus direitos de forma plena, faz-se necessário o acesso e a utilização das várias modalidades de acessibilidade: nos transportes, na arquitetura e urbanismo, na saúde, no sistema de comunicação e na informação tecnológica, atitudinal, na formação profissional e do trabalho e a pedagógica/metodológica.

Sassaki (2003) *apud* Branco (2015, p. 33), faz menção a diversos modos de acessibilidade, elencando seis áreas de acesso: arquitetônicas, que consiste na desobstrução





de barreiras ambientais; atitudinal, que aponta prevenção e eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos, discriminação; comunicacional, que elucida adequações de códigos e sinais às necessidades especiais; metodológica, que pressupõe adequações técnicas, teorias, abordagens, métodos; instrumental, que considera a adaptação de materiais, aparelhos, utensílios, tecnologias assistivas; e programática, que visa à eliminação de barreiras invisíveis existentes nas políticas, normas, portarias, leis e outros instrumentos afins.

O conceito de acessibilidade e de pessoa com deficiência sofreu várias alterações ao longo do tempo. Com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência esse conceito volta a ser revisto, com indicação clara à organização da sociedade para que todos os cidadãos possam acessar as suas instâncias, de modo a lhes proporcionar condições de participação. No art. 2º desta lei, a pessoa com deficiência é definida como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

No Art. 3º, acessibilidade é definida como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Acessibilidade pedagógica/educação, é a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente de atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como, por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos (BRASIL, 2013).

Quanto às adaptações pedagógicas, Silva (2013) *apud* Saraiva (2015) enfatiza que os alunos cegos ou com deficiência visual não necessitam de um currículo diferente dos demais alunos, mas geralmente carecem de adaptações e complementações curriculares, tais como: adequação de recursos específicos, tempo, espaço, modificações do meio, procedimentos





metodológicos e didáticos e processos de avaliação adequados à sua necessidade (in)visual. A autora apresenta diversas estratégias didáticas e atividades e chama a atenção para que os professores se apropriem de conhecimentos acerca do tipo de deficiência visual e das implicações para o processo de ensino e aprendizagem desses alunos, bem como dos diversos recursos didáticos existentes, em sua área de ensino, e que devem ser incluídos em todas as áreas dos currículos dos cursos em que esses alunos estiverem matriculados (SARAIVA, 2015).

Na pesquisa de Santos (2013) *apud* Saraiva (2015), os alunos com deficiência relataram diferentes posturas e práticas pedagógicas dos professores. Alguns professores planejam as suas aulas sem considerar o aluno com deficiência (ao apresentar filmes sem legendas, PowerPoint, gráficos sem adequações, entre outros); outros foram inflexíveis nas avaliações e outros se preocupam em organizar a prática pedagógica (aspectos didáticos, conteúdo, avaliação, materiais, entre outros) de acordo com as condições de acesso ao ensino e aprendizagem dos alunos em sala de aula.

Na pesquisa de Araújo (2015), ela constata a relevância do Estado na condução e implementação de políticas públicas inclusivas de acessibilidade para que as pessoas com deficiência sejam inseridas na sociedade. As instituições universitárias devem fortalecer condições para garantia da inclusão, no intuito de ter condições de ofertar ao corpo docente recursos tecnológicos e opções pedagógicas variadas, com objetivo de tornar a permanência dos alunos com deficiência na universidade mais proveitosa e facilitada. Nesse aspecto de garantias, a UnB (2019) comprehende a acessibilidade pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem, bem como no acompanhamento acadêmico dos estudantes, com vistas a prevenir situações de retenção e evasão

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), em seu art. 28, destaca a inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento; acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar; e acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino (BRASIL, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Lei 13.146/2015) reconhecida como um dos maiores marcos legais da política de direitos humanos no país,





completou uma década de vigência no último dia 6 de julho de 2025. Em sua pesquisa, Borgmann (2016) identifica que os estudantes necessitam de ações que promovam a remoção de barreiras — por meio de financiamentos com programas contínuos — no currículo, na formação de professores em relação às práticas pedagógicas e na estrutura arquitetônica. A autora traz também a crença de que a inclusão é possível, mas requer mudanças, principalmente, no que está relacionado com os sujeitos que a ela têm acesso. Segundo ela, a inclusão requer o reconhecimento das diferenças, para que possamos ter surdos e ouvintes, cegos e videntes, num espaço que seja capaz de reconhecer as pessoas com deficiência como sujeitos autônomos e capazes.

O estudo de mestrado de Morgado (2017) relata que aspectos como as condições didático-pedagógica dos professores, falta de tecnologias de ajuda para operacionalização de um processo de aprendizagem e inclusão deste estudante de modo pleno encontram-se entre os principais obstáculos para a inserção deste público no Ensino Superior. Mantoan (2010) *apud* Negrão (2017) destaca que o docente, para realizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), deve ser um profissional capaz de desenvolver estratégias pedagógicas considerando as diferentes necessidades especiais dos estudantes, propiciando, assim, novos ambientes e possibilidades de aprendizagens que permitam o desenvolvimento deles.

Na sua pesquisa, Ribeiro (2017) defende que um dos caminhos para incentivar mais a inclusão dos indivíduos na sociedade é por meio de novas tecnologias, e que outro é investir na criação de competências e no compartilhamento de experiências que permitam uma atuação significativa da produção e do uso de bens e serviços como estratégias pedagógicas.

Sabe-se que ensinar e aprender, são tarefas que envolvem principalmente: o conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino e de aprendizagem; como se dar o domínio do conhecimento a ser socializado; como se dar as competências técnico-pedagógicas; como se dar o planejamento e a intencionalidade pedagógica; e como se dar a habilidade para perceber e atender às especificidades educacionais dos seus alunos. (RIBEIRO, 2017, p. 20).

Metodologia

Na UnB, em consonância com sua Política de Acessibilidade, caberá à administração superior prover as unidades acadêmicas e administrativas de condições adequadas à permanência dos estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes público-alvo desta





política. Nos processos seletivos de ingresso para discentes serão garantidos, em consonância com os órgãos responsáveis: acesso a formulário de inscrição com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva necessários para a sua participação; igualdade de condições com os demais candidatos, sendo-lhes reservado o atendimento específico; disponibilização dos editais de abertura e retificações em formato acessível para pessoas com deficiência, inclusive em Língua Brasileira de Sinais (Libras); a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos processos seletivos de ingresso, de acordo com a legislação e demais normas vigentes.

A Resolução do CAD nº 050/2019 determina que o público-alvo que necessite de atendimento específico poderá solicitar previamente: adaptação de provas em formato acessível; tempo adicional para realização das provas e demais atividades avaliativas; disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistivas destinadas à visualização de textos, adaptação em Braille e/ou tamanho ampliado, comunicação tátil e meios de voz digitalizada e/ou humana gravada, bem como de recursos de tecnologia da informação e comunicação acessíveis; apoio especializado por tradutor-intérprete de língua de sinais ou leitor/transcritor, conforme necessidade educacional específica; adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação, que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa. (UnB, 2019); Ademais, será dada prioridade de matrícula em disciplinas para os estudantes que forem o público-alvo dessa política. O plano de ensino de disciplinas deverá ser adaptado, contemplando formas alternativas de avaliação que permitam flexibilizar a correção de provas, visando aferir o real desempenho acadêmico do estudante público-alvo desta política (UnB, 2019).

Por isso, a metodologia desta pesquisa consistiu na construção de um banco de dados contendo ações, projetos e programas relacionados à implementação da Política de Acessibilidade na Universidade de Brasília (UnB), com foco em inovações no ensino. O procedimento seguiu as seguintes etapas:

- 1 - Análise documental dos Relatórios de Gestão e de Monitoramento da UnB referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021, bem como do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022. Foram identificados pontos fortes e fracos, com o objetivo de avaliar os resultados e metas da Política de Acessibilidade na instituição.
- 2 - Solicitação e análise de dados registrados sob o NUP 23546.082163/2022-54, dirigida à Diretoria de Acessibilidade do Decanato de Assuntos Comunitários (DACES/DAC).





Foram obtidas informações detalhadas sobre: Investimentos em acessibilidade pedagógica na UnB entre 2019 e 2022; Quantitativo de estudantes com deficiência matriculados e egressos por área de conhecimento no mesmo período.

3 - Coleta e análise de dados financeiro referentes a investimentos em acessibilidade pedagógica no período de 2019 a 2022, com base em informações fornecidas pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF). Os dados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tomando como referência as notas de empenho emitidas no intervalo temporal considerado.

Assim sendo, o resultado da coleta de dados pesquisados foi consolidado em dois gráficos e duas planilhas: a) Quantidade de estudantes com deficiências cadastrados/matriculados na UnB no período de 2019 a 2022, por áreas do conhecimento; b) Estudantes com deficiência egressos no período de 2019 a outubro de 2022, por área de conhecimento; e c) Inovações e Ações de Acessibilidade na UnB no período de 2019 a 2021.

Desta forma, duas tabelas foram destinadas para consolidar os exemplos de investimentos em acessibilidade nas modalidades pedagógicas e arquitetônica/pedagógica na UnB no período de 2019/2022.

Resultados e Discussões

As primeiras discussões sobre as condições de acesso e permanência de estudantes com deficiência na UnB ocorreram na década de 1980, quando foram instituídas as primeiras comissões sobre o tema. Os anos seguintes foram marcados pelos seguintes fatos demonstrados na tabela 1:





Tabela 1

Histórico do acesso/permanência de estudantes com deficiência na UnB.

ANO	FATOS
2024	Institui o Programa de Tutoria para a Acessibilidade (PTA) no âmbito da Diretoria de Acessibilidade do Decanato de Assuntos Comunitários (DACES/DAC) e dá outras providências (Resolução do Decanato de Assuntos Comunitários nº 01/2024)
2021	Estabelece orientações sobre a prioridade em matrícula de Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Específicas (Instrução da Câmara de Ensino de Graduação nº 0003/2021).
2021	Estabelece a regulamentação para a reserva de seleção de 43% das vagas de estágio no âmbito da UnB para estudantes negros(as), travestis e transexuais, indígenas e com deficiência. (Resolução do CAD nº 40/2021).
2020	Estabelece reserva de vagas para pessoas com deficiência nos processos seletivos dos programas de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. (Resolução da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação nº 05/2020).
2020	Criação da Diretoria de Acessibilidade – Daces/DAC (Ato da Reitoria nº 0845/2020).
2019	Aprovação da Política de Acessibilidade da Universidade de Brasília Resolução do CAD nº 050/2019).
2017	O PPNE deixou de ser um Programa e passou a ser Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência, permanecendo com a mesma sigla PPNE, vinculada diretamente ao Gabinete do Decanato de Assuntos Comunitários (Ato da Reitoria nº 1683/2017).
2014	A administração, o controle e o gerenciamento do PPNE foram transferidos para o Decanato de Assuntos Comunitário, ao qual passou a ser vinculado (Ato da Reitoria nº 0100/2014).
2007	Alterado o nome do PPNE para Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, mantendo a mesma sigla (Ato da Reitoria nº 1020/2007).
2007	Aprovação da Resolução do CEPE nº 10/2007, que cria o Programa de Tutoria Especial (PTE) e normatiza o apoio acadêmico a estudantes com necessidades especiais.
2005	Constituída comissão permanente para normatizar o acompanhamento especial entre estudantes, como modalidade de apoio ao estudante com necessidade especial na UnB (Ato do DEG nº 001/2005).
2003	Aprovação da Resolução do CEPE nº 048/2003, que dispõe sobre os direitos acadêmicos de alunos regulares Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) da UnB.
2002	Constituída comissão para analisar a legislação pertinente e elaborar normas acadêmicas para alunos portadores de necessidades especiais (Ato do DEG nº 18/2002).
1999	Criado o Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais da UnB (PPNE) (Ato da Reitoria nº 1068/1999).
1995	Criado do Programa de Apoio e Atendimento Acadêmico ao Portador de Necessidades Especiais da UnB, vinculado ao DEG (Resolução do DEG nº 005/1995).
1994	Instituída a Comissão de Estudos sobre a Questão do Portador de Necessidades Especiais da UnB (Resolução do DEG nº 002/1994).
1988	Constituída comissão para apresentar sugestões para resolver os problemas dos alunos deficientes (Resolução da CEG nº 04/1988).

A instituição de ações, Programas e Resoluções sobre as condições de acesso e permanência de estudantes com deficiência na UnB vêm em consonância com a Constituição





Federal de 1988: “O ensino será ministrado com base nos princípios: I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, (Art. 206, inciso I)”.

Em 2019 foi aprovada a Política de Acessibilidade da Universidade de Brasília, instituída pela Resolução do Conselho de Administração (CAD) nº 50/2019, que tem como objetivo zelar pela aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes nas ações, atividades e projetos promovidos e implementados pela UnB.

Entre os direitos acadêmicos positivados na Resolução do CAD nº 50/2019, destacamos: acessibilidade nos processos seletivos na graduação e na pós-graduação e reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme legislação; atividades avaliativas em formato acessível; prioridade de matrícula; tempo adicional para a realização de provas e atividades avaliativas; adoção de critérios de avaliação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência; disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos em formato acessível e de equipamentos de tecnologia assistiva; oferta de serviços e apoio especializado por meio da atuação de intérpretes de Libras, ledores, transcritores.

Em 2020, por meio do Ato da Reitoria nº 0845/2020, foi criada a Diretoria de Acessibilidade (DACES), que é o Núcleo de Acessibilidade da UnB. Esse feito está alinhado às orientações do Decreto nº 7.611/2011, que prevê a criação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Essa Diretoria tem como objetivo estabelecer uma política permanente de atenção às pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas na UnB e assegurar sua plena inclusão à vida universitária. Para tanto, as atividades desenvolvidas visam propiciar e garantir condições para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes por meio da consolidação de uma rede de apoio da Universidade e da garantia de uma prática cidadã. Entende-se que a construção de uma Universidade mais inclusiva se dá a partir da eliminação de barreiras e articulação entre unidades acadêmicas e administrativas da Universidade.

O público-alvo atendido pela DACES compreende, o corpo discente, os servidores técnico-administrativos, os docentes e a comunidade em geral. A respeito de quem são essas pessoas atendidas pela DACES/UnB, vale apresentarmos as pessoas com os vários tipos de deficiência classificadas segundo o Censo MEC/INEP (2020, p. 6): Com altas





habilidades/superdotação; Transtornos do Espectro Autista (TEA); deficiência intelectual; deficiência múltipla; surdo-cegueira; deficiência auditiva.

A adaptação de materiais acadêmicos é realizada em parceria com o Laboratório de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual da Faculdade de Educação (LDV) e com a Biblioteca Digital e Sonora (BDS). Esta ação se destina a estudantes com deficiência visual (cegueira e baixa visão).

A Diretoria de Acessibilidade oferece diversos projetos e atividades de inclusão e acessibilidade para toda a comunidade acadêmica da UnB com deficiência e realiza articulação com as unidades acadêmicas devido ao reconhecimento de que a acessibilidade e o atendimento às especificidades das pessoas com deficiência da comunidade universitária são transversais a todo o espaço da Universidade. Assim, as ações de inclusão ultrapassam os serviços oferecidos pela Diretoria.

Desse modo, a articulação com as unidades acadêmicas ocorre para a elaboração de estratégias conjuntas que favoreçam a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, visando garantir, conforme preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem possíveis barreiras de aprendizagem e promovam a inclusão plena, com práticas efetivas e inclusivas.

O acompanhamento acadêmico desenvolvido pela equipe técnica da DACES tem o objetivo de acompanhar a vivência acadêmica dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas e construir, em conjunto com eles e seus professores, estratégias e adequações que contemplem suas necessidades.

Como prova da relevância e protagonismo dessa Diretoria, cabe ressaltar o apoio ao ensino remoto adotado emergencialmente em razão da pandemia de Covid-19, no período de 2020 e 2021. Portanto, a Diretoria, como núcleo de acessibilidade da UnB, assume a função estratégica de garantir e promover a inclusão e a acessibilidade como uma política transversal da universidade, de forma a ampliar condições de acesso, participação e aprendizagem aos estudantes que apresentam deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

As principais ações realizadas pela DACES são: acolhimento e Plano de Desenvolvimento Estudantil (PDE): ação dialogada, entre o estudante e a equipe da DACES, para apresentação das normativas institucionais acerca de acessibilidade e identificação das demandas de apoio especializado; prioridade de matrícula; Programa de Tutoria Especial: regulamentado pela Resolução do CEPE n.º 10/2007; o Programa de Tutoria Especial (PTE);





formação de tutores e monitores, por meio de cursos mensais, voltados para o atendimento acadêmico de alunos atendidos pela DACES; acompanhamento acadêmico para estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas; orientação aos coordenadores de curso e docentes, por meio de cursos oferecidos pelo CEAD e pela DACES, acerca de recursos de acessibilidade para o ensino dos estudantes, público-alvo da Política de Acessibilidade.

De acordo com seu Projeto Político-Pedagógico Institucional (UnB, 2018), um dos princípios norteadores da UnB é “promover as condições de acessibilidade e a construção de um ambiente de trabalho e estudo inclusivo, respeitoso, solidário e colaborativo”. A Universidade tem, entre os princípios fundamentais dos processos pedagógicos, a acessibilidade como proposta de atuação e inclusão, com o objetivo de atender às diretrizes pedagógicas nacionais e aos princípios que orientam a organização curricular.

As figuras 1 e 2 abaixo sintetizam informações fornecidas pela DACES.

Figura 1

Quantidade de estudantes com deficiências cadastrados/matriculados na UnB no período de 2019 a outubro de 2022, por áreas do conhecimento.



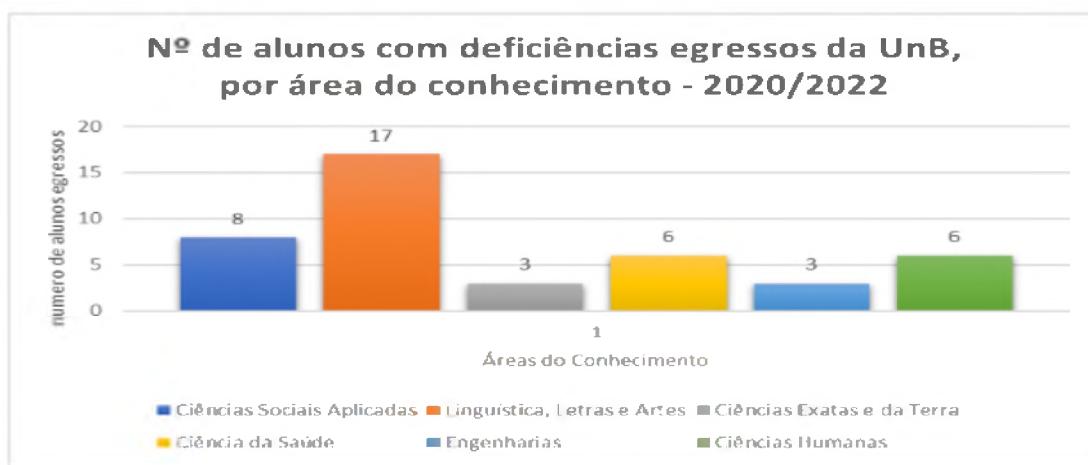
Já a figura 2 demonstra o somatório de estudantes com deficiências egressos da UnB por área do conhecimento e número de alunos, no período de 2020 a outubro de 2022.





Figura 2

Estudantes com deficiência egressos da UnB no período de 2020 a outubro de 2022.



É evidente que essas ações de acessibilidade acarretam um custo. Os valores estimados dos investimentos em acessibilidade na modalidade pedagógica foram extraídos do SIAFI e fornecidos pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF/UnB), referente aos anos de 2019, 2020 e 2021. Esses valores foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA (IBGE), sendo utilizado o índice de correção do período dez/22 calculado em 1,06557070, valor percentual correspondente a 6,56%. O ano de 2022 não foi informado, tendo em vista que não havia encerrado o exercício.

Os valores, os períodos, os processos do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e os respectivos investimentos estão detalhados nas Tabelas 2 e 3 e na Figura 3 abaixo.

Tabela 2

Exemplos de investimentos em acessibilidade pedagógica na UnB, de 2019 a 2022.

Ano	Objeto	Processos SEI	Valor do Investimento (Corrigido pelo IPCA)
2021	Adaptação de materiais deficiência visual; acessibilidade, bolsas de estudo no país, programa incluir; aquisição de bengala em alumínio; serviços de intérprete de libras; aquisição de materiais de acessibilidade; despesas com cursos de capacitação em educação especial.	23106.132055/2021-38; 23106.107853/2020-41; 23106.061022/2021-04; 23106.016660/2020-81; 23106.005237/2021-37; 23106.158260/2019-17	R\$ 304.973,38
2020	Pagamento de Bolsas Programa Incluir – Viver sem Limites; bolsas de assistência estudantil; adaptação de materiais de deficiência visual.	23106.016660/2020-81; 23106.045781/2020-31; 23106.086650/2020-11	R\$ 348.575,47
2019	Adaptação de materiais de deficiência visual; bolsas de assistência estudantil	23106.100584/2019-58; 23106.130489/2019-89;	R\$ 21.762,40





	Programa Incluir.	23106.134310/2019-62
Total	R\$ 675.311,20	

Fonte: DCF/DAF/UnB.

Figura 3

Exemplos de investimentos pedagógicos, em percentual, de 2019 a 2021.



Fonte: DCF/DAF/UnB.

Em atendimento ao pedido de informações para compor a pesquisa, cadastrado no processo nº 23546.082163/2022-54, a DACES encaminhou o detalhamento estimado dos investimentos em acessibilidade na modalidade pedagógica/arquitetônica realizados pela UnB de 2019 a 2022.

Os valores nominais dos processos foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA (IBGE), sendo utilizado o índice de correção do período dez/22 calculado em 1,06557070, valor percentual correspondente a 6,56%. Os valores, o objeto e os processos do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) dos investimentos nos exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2022 estão detalhados na tabela 2 abaixo:





Tabela 3

Exemplos de investimentos em acessibilidades arquitetônica/pedagógica na UnB, de 2019 a 2022

Ano	Objeto	Processos SEI	Valor do Investimento (Corrigido pelo IPCA)
2022	Obra de reforma do acesso principal da Faculdade de Ciência da Informação, localizada no <i>Campus Universitário Darcy Ribeiro</i> , da Universidade de Brasília.	23106.053529/2019-61	R\$ 200.452,26
2021	Obra de adequação às normas vigentes do Corpo de Bombeiros Militar do DF., dos guarda-corpos e corrimãos localizados na Biblioteca Central (BCE), localizada no <i>Campus Universitário Darcy Ribeiro</i> , da UnB. Aquisição de materiais 2021: leitor autônomo, máquina fusora, scanner com voz; ampliador de tela, teclado linha Braille; lupa eletrônica	23106.061022/2021-04; 23106.081402/2017-71	R\$ 290.724,44
2020	Obra de adequação dos guarda-corpos e corrimãos do Instituto Central de Ciências. Aquisição de materiais 2020: reglete, papel máquina fusora, Soroban, Guia de assinatura e papel Braille	23106.063462/2017-10; 23106.083186/2019-60	R\$ 786.860,40
2019	Obra de reforma dos sanitários entre vigas 367-373 do Instituto Central de Ciências; Adaptação de sanitário no edifício da Reitoria às normas da ABNT, executado pela Secretaria de Patrimônio Imobiliário (SPI).	23106.080524/2018-21; 23106.060749/2018-61	R\$ 294.117,36
Total	R\$ 1.572.154,46		

Fonte: DACES/DAC/UnB.

Entre o ano de 2019 e 2024, a Universidade de Brasília (UnB) implementou e expandiu progressivamente suas ações de acessibilidade e inclusão por meio da Diretoria de Acessibilidade. Em 2019, destacaram-se o Programa de Tutoria Especial, com 107 tutores remunerados e 75 voluntários, e a produção de materiais acessíveis para estudantes com deficiência visual. A partir de 2020, as iniciativas foram ampliadas com a oferta de suporte especializado a 380 estudantes, a criação do projeto ARATA (Aquisição de Recursos de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva) e a adaptação de materiais em formatos acessíveis, como braille, áudio e digital. A Biblioteca Central (BCE) também recebeu melhorias, como terminais de autoatendimento ajustáveis e cabines de estudo exclusivas.

Em 2021, houve a consolidação de serviços como o acompanhamento acadêmico individualizado, a emissão de pareceres técnicos e a oferta de formações para a comunidade





acadêmica. Em 2022, com o retorno das aulas presenciais, a DACES redimensionou suas ações, cadastrando 200 estudantes e reformulando o Programa de Tutoria para Acessibilidade (PTA), que atendeu 156 estudantes.

Em 2023, com a integração do módulo de Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no SIGAA, o cadastro de estudantes saltou para 735. Foram ofertadas 897 bolsas de tutoria, produzidos 103 materiais acessíveis e realizado o I Seminário sobre Inclusão e Acessibilidade. Em 2024, a política transversal de acessibilidade segue em expansão, com 941 estudantes cadastrados, 71 tutores no PTA, modernização do espaço físico da DACES e desenvolvimento de tecnologias assistivas baseadas em inteligência artificial. Ao longo do período, observa-se uma evolução contínua no atendimento às demandas de acessibilidade, com aumento no número de estudantes beneficiados, diversificação dos serviços e investimento em infraestrutura e inovação tecnológica.

Constatou-se que as inovações pedagógicas/tecnológicas têm tido um destaque relevante e primordial para a formação de estudantes com deficiências. A UnB foi pioneira ao formar o primeiro estudante surdo-cego no Brasil em 2020, graças aos recursos de tecnologias assistivas disponíveis na Universidade. Nos últimos anos percebeu-se que a Universidade tem trabalhado para ser mais acessível às carências de pessoas com deficiência ou com necessidades especiais específicas. OBJ

Ao público-alvo dessa política poderá ser concedida prorrogação no prazo de permanência nos cursos, desde que essa não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do tempo máximo estabelecido para sua conclusão, após parecer fundamentado da Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência e do Coordenador do Curso, seguindo as normas acadêmicas da Universidade de Brasília.

Às pessoas com altas habilidades e superdotação serão assegurados métodos, técnicas e recursos para atendimento às suas necessidades educacionais específicas e aceleração para concluir em menor tempo o curso de graduação ou de pós-graduação, mediante avaliação de comissão instituída na respectiva unidade acadêmica, envolvendo a Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência e o Coordenador do Curso. A equipe da DACES/DAC realiza o acompanhamento acadêmico de forma a auxiliar os docentes na elaboração de estratégias e metodologias de ensino e avaliação acessíveis.





Conclusão

A educação constitui um direito da pessoa com deficiência, assegurado no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e no aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015). O que percebemos no decorrer dos séculos é que atualmente a sociedade tem demonstrado interesse pelo assunto, de forma que as pessoas com deficiência estão passando da fase do assistencialismo para a conquista de seus direitos.

O núcleo de acessibilidade da UnB foi criado em 2020, em cumprimento ao Decreto nº 7.611/2011, que prevê a criação de núcleos de acessibilidade nas IFES. Percebe-se um lapso temporal de nove anos desde o decreto até o seu cumprimento. Esse é um tempo excessivamente longo, tendo em vista que os resultados da pesquisa mostraram que as primeiras discussões sobre as condições de acesso e permanência de estudantes com deficiência na UnB ocorreram na década de 1980, quando foram instituídas as primeiras comissões sobre o tema. Nos últimos anos constatou-se que a Universidade tem trabalhado para ser mais acessível às carências de pessoas com deficiência ou com necessidades especiais específicas. O detalhamento dessas inovações estão descritos nas Tabelas 2 e 3.

Importante destacar que o indivíduo só está verdadeiramente incluído na sociedade quando está inserido em todas as modalidades de acessibilidade. Este estudo teve como foco a modalidade pedagógica, mas essa não é a principal barreira de inserção. Sozinha ela não faz a diferença na vida das pessoas com deficiência, pois há que se ter a junção e a complementaridade com as demais modalidades, que não são apartadas e, por isso, devem andar juntas. As modalidades complementam-se, e, sem essa junção, o sujeito não chega à escola ou não permanece nela. A inclusão deve ser integral; incluir é fazer parte, poder estar em todos os lugares e participar do todo. As limitações não excluem o indivíduo, o que os exclui são as atitudes das pessoas e as barreiras de acessibilidade quando não permitem todos os acessos, os tornando desiguais.

Por fim, como sugestão para pesquisas futuras, visto que o recorte desta foi a acessibilidade na modalidade pedagógica, sugere-se ampliar a pesquisa para as demais modalidades de acessibilidade, abrangendo também o público de servidores com deficiências lotados nas Universidades Públicas Federais Brasileiras, com o intuito de verificar como são assistidos e o que pode ser melhorado para um bom desempenho de suas atividades laborais.





Referências

Araújo, E. H. S. (2015). Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na Faculdade de Direito da UFBA [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Bahia].

Beuren, I. M. (2009). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade (3a ed.). Atlas.

Borgmann, M. E. (2016). Reconhecimento da diferença: desafios para a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior [Tese de doutorado, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul].

Bordon, J. D. (2020). O uso das tecnologias de informação e comunicação e conciliação: um estudo dos centros judiciários de solução de conflitos e cidadania no Brasil [Tese de doutorado, Universidade de Fortaleza].

Branco, A. P. S. C. (2015). Análise das condições de acessibilidade no ensino superior: estudo com pós-graduandos [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista].

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (2011). Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Brasil. Ministério da Educação. (2013). Documento Orientador Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192

Carvalho, R. E. (2014). Escola inclusiva: A reorganização do trabalho pedagógico (6a ed.). Mediação.

Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (2002). Metodologia científica (5a ed.). Prentice Hall.

Cohen, M. M. (2011). Produção científica e inovação na gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: rede de autoria e complexo industrial da saúde [Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz].

Fernandes, M. A. M. (2018). Inovação em Rio Paranaíba – MG: análise da interação entre as empresas, o governo e a Universidade Federal de Viçosa [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa]. <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/22466>

Freire, P. (2013). Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.





Gil, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). Atlas.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2021). Censo da Educação Superior 2020 – Principais Resultados. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2020.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). Censo da Educação Superior 2023: Notas Estatísticas. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/censo_da_educacao_superior_2023-notas_estatisticas.pdf

Mantoan, M. T. E., & Baptista, M. I. S. D. (2018). Inovar para fazer acontecer: Como estamos fortalecendo redes de apoio à educação inclusiva. *Revista on Line de Política e Gestão Educacional*, 22(2), 763–777.

Mazzotta, M. J. S. (2005). *Educação especial no Brasil: História e políticas públicas*. Cortez.

Mendes, E. G. (2003). In: Veltroni, A. A. *A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos].

Morgado, L. A. S. (2017). *Trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos].

Negrão, G. P. (2017). *Políticas Públicas de Educação Inclusiva: desafios da formação docente para o atendimento educacional especializado (AEE) na rede municipal de ensino de Abaetetuba/PA* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro].

Penteado, R. F. S. (2010). *Programas de sugestões: elementos que estimulam a geração de ideias para a gestão da inovação nas organizações* [Dissertação de mestrado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná].

Ribeiro, L. B. (2017). *CompartilhAção de Inclusão: o potencial didático dos aplicativos de acessibilidade para a educação inclusiva* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

Santos, C. S. (2013). *Políticas de acesso e permanência de alunos com deficiência em universidades brasileiras e portuguesas* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Uberlândia].

Santos, V. R. F. (2014). *Análise do desempenho de pisos táteis, intertravados produzidos com agregados de resíduos de construção civil – RCC e fibras de aço* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas].

Saraiva, L. L. O. (2015). *Núcleos de acessibilidade e o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais nas universidades federais do nordeste brasileiro* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Sassaki, R. K. (s.d.). *Inclusão: a universidade e a pessoa com deficiência*. Rede Saci. <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/4824/html>





Silva, L. G. S. (2013). Orientações didáticas para atuação pedagógica junto a estudantes com deficiência visual no ensino superior. In F. R. L. V. Melo (Org.), Inclusão no Ensino Superior: docência e necessidades educacionais especiais (pp. 57-82). EDUFRN.

Stainback, S., & Stainback, W. (1999). Inclusion: A guide for educators. Paul H. Brookes Publishing.

UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. CORDE.

UNESCO. (2020). *Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: América latina e caribe - Inclusão e educação para todos*.
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374610>

Universidade de Brasília. (2019). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022*.
http://planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=791

Universidade de Brasília. (2020). Relatório de Gestão 2019.
https://www.dpo.unb.br/images/dpl/PUB_RG2019_310820_v1_aprovadoCAD.pdf

Universidade de Brasília. (2021). Relatório de Gestão 2020.
https://dpo.unb.br/images/dpl/Relatrio_de_Gesto_2020.pdf

Universidade de Brasília. (2022). Relatório de Gestão 2021.
https://dpo.unb.br/images/dpl/2021/Relatrio_de_Gesto_UnB_2021.pdf

Universidade de Brasília. (2023). Relatório de Gestão 2022.
https://dpo.unb.br/images/dpl/2021/Relatrio_de_Gestão_UnB_2021.pdf

Universidade de Brasília. (2019). Resolução do Conselho de Administração (CAD) n.º 50/2019. Institui a Política de Acessibilidade da Universidade de Brasília.
http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/Resolução_CAD_50_2019_Politica_de_Acessibilidade.pdf

Universidade de Brasília. (2007). Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) n.º 10/2007. Cria o Programa de Tutoria Especial (PTE), normaliza o apoio acadêmico a estudantes com necessidades especiais e dá outras providências.
http://www.acessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=37&Itemid=709

Received: 11.1.2025

Accepted: 11.24.2025

